POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSPCLASS. : 324DATA : 02 09 87PG. : A-6

Cimi contrata presidente da OAB para acionar judicialmente jornal

Da Reportagem Local e
da Sucursal de Brasília

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) contratou, na semana passada, o advogado paulista Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e seu colega Sérgio Bermudes para moverem ação contra o jornal "O Estado de S. Paulo", com base no artigo 21 da lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa), pedindo o enquadramento de seu diretor responsável, Júlio de Mesquita Neto, por difamação. O motivo é a série de reportagens publicadas pelo jornal, entre os dias 9 e 15 de agosto, em que o Cimi é acusado de participar de "uma conspiração internacional contra o Brasil", envolvendo outras

entidades ecumênicas e os índios da Amazônia. Numa outra ação conexa, os advogados irão requerer direito de resposta para o Cimi no "O Estado de S. Paulo".

Para o delito de difamação, a Lei de Imprensa prevê uma pena de detenção de três a dezoito meses e multa de dois a dez salários mínimos. Os dois advogados trabalharão com os assessores jurídicos do Cimi que prepararam um texto jurídico básico com o título "Falsidade documental nas difamações praticadas contra o Conselho Indigenista Missionário".

Thomaz Bastos e Sérgio Bermudes irão também requerer, na próxima semana, abertura de inquérito no Departamento de Polícia Federal para apurar a autoria dos documentos "Diretriz Brasil nº 4 - ano 0",

atribuído ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com sede em Genebra (Suíça); "Digesto de reunião informal", que teria sido realizada entre técnicos da CNBB, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e Mauro Nogueira, que se apresentou à CNBB como "presidente da Biblioteca de Desenvolvimento Econômico do Brasil, capítulo São Paulo"; e "Carta de Antônio Brand, secretário-executivo do Cimi, a G. Loebens".

Quanto ao primeiro documento, por exemplo — que teve sua autenticidade negada pelo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, Emílio Castro —, os advogados querem que o jornal comprove ser "fidedigno", como afirmou em editorial na página três de sua edição de 9 de agosto.